

**SESSÃO SOLENE DO DIA DO PROFESSOR:
uma análise discursiva crítica**

**TEACHER'S DAY SOLEMN SESSION:
a critical discursive analysis**

Rafael Souza Simões

Graduado em Cinema e Audiovisual (2021), pela UEG – Câmpus Laranjeiras e discente no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias (PPG/IELT) da Universidade Estadual de Goiás (UEG) - Unidade de Anápolis - Ciências Socioeconômicas e Humanas - Nelson de Abreu Jr.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9782365266214524>.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-9855-2207>.

Email: professor.rafaelsimon@gmail.com

Ana Beatriz Peres de Sousa

Graduada em Letras-Português (2013), pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e discente no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias (PPG/IELT) da Universidade Estadual de Goiás (UEG) - Unidade de Anápolis - Ciências Socioeconômicas e Humanas - Nelson de Abreu Jr.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4991067285367915>.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-2917-7941>.

Email: anabperes.sousa@gmail.com

Veralúcia Pinheiro

Doutora em Educação pela Unicamp/SP (2006), docente na graduação na Unidade de Ciências Socioeconômicas e Humanas de Anápolis e no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias – PPG/IELT – Universidade Estadual de Goiás – UEG.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8080898661942973>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5075-4829>.

Email: veralucia.pinheiro@ueg.br

Resumo

O escopo deste trabalho consistiu em uma análise crítica do discurso acerca da Sessão Solene do Dia do Professor, realizada pela Câmara dos Deputados, no ano de 2023. Para isso, empregamos a teoria discursiva crítica de Fairclough (2016), mostrando como os discursos apresentados na cerimônia - considerada como um gênero discursivo pela ótica bakhtiniana (2000) - ressaltam três pontos principais, encontrados em muitas falas dos participantes: a) o caráter devocional da profissão docente; b) a educação como uma abstração, desvinculada da realidade material; e c) a suposta interferência ideológica dos professores nos alunos. Como resultado, vê-se o domínio político da direita nessa sessão, com falas que ressaltam o caráter de agência individual, neoliberal e de partidarismo institucional.

Palavras-chave: dia do professor; discurso; crítica; sessão solene.

SESSÃO SOLENE DO DIA DO PROFESSOR: uma análise discursiva crítica

Abstract: The aim of this paper is to carry out a critical discourse analysis of the Solemn Session of Teachers' Day, held by the Chamber of Deputies in 2023. For this purpose, we used Fairclough's critical discourse theory (2016), showcasing how the speeches presented at the ceremony - considered a discursive genre from a Bakhtinian perspective (2000) - highlight three main points, found in many of the participants' lines: a) the devotional nature of the teaching profession; b) education as an abstraction, detached from material reality; and c) the supposed ideological interference of teachers in students' thoughts. As a result, we see the right wing's political dominance in this session, with speeches that emphasize the character of individual agency, neoliberalism and institutional partisanship.

Keywords: teachers' day; discourse; critic; solemn session.

Introdução - Dia do Professor: crítica, descolamento e espetáculo

O Dia do Professor talvez seja a data mais incômoda a um pensamento docente crítico. Esse incômodo, por mais estranho que possa parecer, reside, sobretudo, no fato de que a comemoração da data, agora cooptada pelas orientações de um estágio avançado do capitalismo, irradia uma dissociação entre o professor idealizado e o professor real, fruto de um verniz ideológico que escamoteia as reais dificuldades e lutas as quais essa categoria enfrenta todos os dias. Mas a crítica a esse olhar deve ser feita principalmente nos ambientes institucionais em que esse discurso dissociativo se faz presente.

Por crítica, convém considerar aquele conceito enraizado na tradição da Escola de Frankfurt. Para esses autores, a crítica não é apenas uma análise superficial ou negativa, mas uma atividade intelectual que busca trazer à superfície as estruturas ocultas de poder e dominação na sociedade moderna. Nesse sentido, a crítica não se limita à mera expressão de descontentamento, mas envolve uma investigação meticulosa das relações de classe, das ideologias dominantes e das formas de alienação que permeiam a vida social. Adorno e Horkheimer (1985) enfatizam que a verdadeira crítica não apenas desafia o status quo, mas também questiona as próprias bases do pensamento e da cultura, revelando as contradições e limitações do sistema vigente.

Além disso, a crítica não deve ser confundida com um mero exercício intelectual, mas sim com uma prática comprometida com a transformação social. "A teoria que não pode provar-se na prática é, a despeito de toda a sua utilidade aparente, inconsequente" (Adorno & Horkheimer, 1985, p. 27). Ao expor as contradições e injustiças presentes na ordem estabelecida, a crítica desempenha um papel fundamental na busca por uma sociedade mais justa e igualitária. No entanto, Adorno e Horkheimer alertam para os perigos da instrumentalização da crítica, destacando a necessidade de uma abordagem reflexiva e

autocrítica. Em última análise, para os dois autores, a verdadeira crítica é aquela que não apenas denuncia as injustiças, mas também contribui para a construção de alternativas emancipatórias e para a ampliação do horizonte de possibilidades políticas e culturais.

Daí a necessidade de se verificar, sob o olhar da crítica, os discursos sociais construídos e difundidos nas esferas de poder, como na execução de uma sessão solene. Uma sessão solene, portanto, configura-se como um gênero discursivo formal¹, realizado por órgãos legislativos, como congressos, parlamentos ou assembleias, com o objetivo de marcar ocasiões especiais, como comemorações, homenagens, cerimônias de posse, entre outros. Durante uma sessão solene, os legisladores se reúnem para discursos, apresentações e outras atividades protocolares.

Em uma perspectiva crítica, essa manifestação social representa uma forma de espetáculo político que serve aos interesses da classe dominante. Embora possa transmitir a imagem de representação democrática e participação cívica, muitas vezes está dissociada das realidades materiais e das necessidades concretas da sociedade. Nesse contexto, as sessões solenes podem ser vistas como rituais simbólicos que reforçam a legitimidade do sistema político existente, enquanto minimizam ou ignoram as desigualdades sociais e econômicas subjacentes. Isso se acentuou ainda mais com a transmissão, pela internet e canais de TV, desses eventos oficiais. A famosa frase de Guy Debord, “O espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas mediatizada por imagens” (1997, p. 12), se torna uma máxima nessa nova configuração, uma vez que essas sessões podem servir como uma forma de distração ou de encenação de consenso, desviando a atenção das questões estruturais e das demandas por mudanças significativas na ordem social.

O objeto em questão, a Sessão Solene da Câmara dos Deputados em homenagem ao Dia do Professor, ocorrida no dia 19 de outubro de 2023, demonstra exatamente esse descolamento entre realidade e representação social, entoada por um coro da extrema direita, que mescla caráter devocional da profissão de professor, contaminação ideológica em detrimento de uma pureza infantil e o conceito de educação enquanto uma abstração vazia, como veremos mais adiante.

Contextualização histórico-sociopolítica

¹ Aqui, para fins didáticos e de filiação para a análise discursiva pretendida, considerar-se-á essa produção como um gênero discursivo - o que será tratado mais adiante neste trabalho.

SESSÃO SOLENE DO DIA DO PROFESSOR: uma análise discursiva crítica

A deputada federal Bia Kicis (PL) inicia a solenidade em homenagem ao Dia do Professor com a leitura do discurso do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira. Afirma Lira que “o compromisso do poder legislativo com a educação nacional remonta o Império, quando a Assembleia Constituinte de 1823 criou a Comissão de Instrução Pública, precursora da nossa Comissão de Educação” (Câmara dos Deputados, 19-10-2023). De fato, a constituinte de 1823 cuidou de apresentar projetos referentes à difusão da instrução pública em diversos níveis, porém, com o golpe de 12 de novembro daquele ano, aquele projeto constitucional foi dissolvido e um novo documento foi outorgado em 25 de março de 1824, prometendo D. Pedro I uma carta de estrutura ainda mais liberal do que projetava a primeira. Embora não explicitamente mencionada no texto constitucional, a concepção de educação como um direito do cidadão e uma responsabilidade do Estado emergiu triunfante (Peres, 2010). Postulava o artigo 179 que a instrução primária deveria ser gratuita a todos os cidadãos, mas somente três anos depois que o acesso a essa fase do ensino se tornaria lei.

A Lei de 15 de outubro de 1827 estabelecia a criação de escolas de primeiras letras nas localidades mais populosas do Império, tornando gratuita a oferta dessa etapa do ensino a todos os cidadãos brasileiros. Para além da abertura de instituições de ensino primário, essa lei estabelecia as disciplinas a serem ensinadas², o processo para a contratação de professores, entre outras questões relativas à estrutura política e administrativa que regularia essas instituições; oficializava-se assim a oferta da instrução primária pública no Brasil. A medida surge num momento em que o letramento da população seria necessário diante da busca pela formação de uma nacionalidade após a Independência.

Apesar da lei de 15 de outubro versar sobre a obrigatoriedade do ensino da doutrina católica apostólica romana, este foi um primeiro passo para a dissociação do binômio escola-igreja. Esse vínculo, entretanto, seria desfeito apenas após o golpe da república, com a Constituição de 1891, documento em que fora estabelecida a laicidade do ensino ministrado pelo sistema público.³ Apesar das formulações acerca da oferta de ensino público, tanto no Império, quanto na República, ambos os regimes falharam em cumprir com suas propostas:

² A Lei estabelecia que os meninos seriam ensinados a ler e escrever, aritmética, noções gerais de geometria prática, gramática da língua nacional, princípios da moral cristã e a doutrina da religião católica, preferindo-se a utilização de textos relacionados à História do Brasil e da Constituição do Império. Nas escolas femininas ficariam excluídas as noções gerais de geometria, e o estudo de aritmética limitar-se-ia às quatro operações; ao invés disso, as professoras ensinariam habilidades que serviriam à economia doméstica. (BRASIL, 1827).

³ Com o início da Primeira República, outras instituições que se encontravam sobre a tutela da igreja católica passaram a ser administradas pelo Estado, como cemitérios e casamentos, que passaram a ser legalmente reconhecidos apenas os de ordem civil.

finalizando o século XIX e já adentrando os períodos finais da Primeira República, a taxa de analfabetismo no Brasil chegava próxima aos 80%. Após o golpe da república, pouco foi feito em relação à causa educacional; o fervor ideológico que predominou o final do período imperial foi abafado pela necessidade de se “fixar a composição da liderança para impulsionar o novo regime no quadro mais amplo da sociedade brasileira” (Fausto, 2021, p. 284). Apenas na reta final do regime, por volta de 1915, as discussões e pressão acerca do sistema escolar brasileiro voltam a um cenário de destaque, havendo um “maior esforço para se incorporar ao Estado liberal uma orientação intervencionista” (Fausto 2021, p. 284), momento em que se inicia um movimento de entusiasmo e otimismo pela educação, e que alimentou uma série de intervenções a nível estadual nos sistemas públicos de educação na década seguinte⁴. Segundo o autor, esse fenômeno pode ser analisado por dois vieses:

[...] de um lado existe a crença de que, pela multiplicação das instituições escolares, da disseminação da educação escolar, será possível incorporar grandes camadas da população na senda do progresso nacional, e colocar o Brasil no caminho das grandes nações do mundo; de outro lado, existe a crença de que determinadas formulações doutrinárias sobre a escolarização indicam o caminho para a verdadeira formação do homem brasileiro (Nagle, 2009, p. 115).

Recai sobre a instrução pública a tarefa de impulsionar o processo de modernização não cumprido pelos ideários republicanos, e de atualizar o país ao que Fernando de Azevedo chamou de “novo estado de coisas”, iniciado após a I Guerra Mundial (Azevedo, 2010, p. 706), o que resultou, para além das reformas estaduais, um processo de reivindicação pela expansão do ensino público. Azevedo argumentou que esse processo de modernização deveria ser fundado na construção de alicerces culturais e políticos para a nação, o que demandaria uma renovação intelectual, resultando na reestruturação do sistema educacional público brasileiro. Como pondera o autor em *A Cultura Brasileira*, do ponto de vista cultural e pedagógico, “[...] a República foi uma revolução que abortou [...]” (Azevedo, 2010, p. 676). O novo regime não empreendeu as mudanças necessárias a uma transformação cultural e política e, do ponto educacional, manteve o tom livresco, bacharelesco e dualista presente no Império. O que Jorge Nagle chamou de otimismo pedagógico é a convergência de opiniões de diferentes intelectuais acerca do papel da “educação como participante do processo social de

⁴ Reformas Sampaio Dória (São Paulo, 1920), Carneiro Leão (Rio de Janeiro, 1922-26), Lourenço Filho (Ceará, 1922), Rocha Vaz (1925), Góis Calmon (Bahia, 1925), Francisco Campos e Mário Casassanta (Minas Gerais, 1927), Carneiro Leão (Pernambuco, 1928-30), Reforma do Distrito Federal por Fernando de Azevedo (Rio de Janeiro, 1928). É importante ressaltar que o movimento reformista que permeou a década de 1920 foi de iniciativa e responsabilidade dos estados da Federação.

SESSÃO SOLENE DO DIA DO PROFESSOR: uma análise discursiva crítica

formação da nacionalidade, [...] afinada com a geração dos *críticos republicanos*” (Rocha, 2004, p. 148, grifo do autor). Pontua Nagle:

Fica a impressão que são os velhos sonhos do republicanismo histórico que voltam a perturbar a mente dos republicanos quase desiludidos; por exemplo, o sonho da República espargindo as luzes da instrução para todo o povo brasileiro e democratizando a sociedade, ou o sonho de, pela instrução, formar o cidadão cívica e moralmente de maneira a colaborar para que o Brasil se transformasse numa nação à altura das mais progressivas civilizações do século (Nagle, 2009, p. 116).

As reformas que se sucederam no período em questão marcaram também o estabelecimento das teorias escolanovistas no Brasil. O movimento europeu, com a prerrogativa da escola única, ativa, laica e gratuita, já havia chegado ao Brasil ainda no final do período imperial, porém com pouca expressividade na instrução pública. De forma modesta, com o aparecimento de algumas de suas questões metodológicas e sem a criação de instituições propriamente escolanovistas, a primeira fase da corrente no Brasil não se expressa tanto como na década de 1920, o que é justificado pelo contexto em que o ideário renovador chega ao país. Para Nagle, até então “não havia condições sociais e pedagógicas que estimulassem o desenvolvimento da nova forma de entender a escolarização” (2009, p. 262). Predomina na Primeira República um sentimento de pessimismo que se reflete na frustração da ilusão de uma pátria alfabetizadora, e o retrato da educação que se configura nesse período esgotava-se no ensino primário e no ideário cívico-patriótico de uma educação popular que, como pontua o autor, tinha uma “natureza mais política que pedagógica”, sendo apenas acessório e procedimental o papel das teorias escolanovistas.

Diferentes seriam os anos que precederam a Revolução de 1930, quando uma ideologia liberal começa a se expressar de forma mais latente no cenário político e educacional no país. Estando o escolanovismo historicamente ligado ao pensamento liberal, no período que antecede o golpe que marca o fim da Primeira República, os ideais da Escola Nova ganham terreno e se espraiam, tanto nas publicações de trabalhos que abordam o tema da chamada pedagogia nova, quanto no movimento reformista que institui os métodos e princípios dessa corrente educacional na instrução pública em alguns dos estados da Federação. Intensos são os embates no terreno das políticas de educação travados nesse período, em especial os que aconteceram nas Conferências Nacionais de Educação, promovidas pela ABE, Associação Brasileira de Educação. Ao longo dos anos de 1920, o distanciamento entre as ideologias dos diferentes grupos que compunham a Associação

aumenta-se, cingindo ao final da década os membros participantes em dois grupos, estando a um lado aqueles aliados às ideias da Escola Nova e do pensamento liberal que florescia no país, e em oposição encontrava-se o círculo católico, alinhado à defesa da permanência do pensamento religioso na educação.⁵ Passado o fatídico outubro de 1930, iniciando-se um novo governo de velhas oligarquias, a contenda ideológica se intensifica ainda mais sob a necessidade de remodelação das diretrizes educacionais requeridas pelo governo revolucionário.

Não entraremos no mérito das demandas de cada um dos grupos, mas importa-nos marcar a educação pública como terreno de disputa desde os tenros anos de nossa República. Mais ainda, importa-nos destacar a ausência de uma participação popular na causa educacional, pensada, projetada e administrada por e para elites culturais e religiosas que se digladiam até os dias atuais. Na sessão solene em homenagem ao Dia dos Professores a qual analisamos neste texto, podemos observar o papel secundário que assume a figura do professor, o que configura cinismo típico presente no discurso político contemporâneo. A data foi institucionalizada em 1963, pelo Decreto Federal 52.682 e oficializada como feriado escolar. O artigo 3º demanda que “Para comemorar condignamente o Dia do Professor, os estabelecimentos de ensino farão promover solenidades, em que se enalteça a função do mestre na sociedade moderna, fazendo participar os alunos e as famílias” (Brasil, 1963).

De fato, observamos as solenidades e homenagens reservadas a esse dia, e que o discurso das ditas sociedade moderna e educação para o futuro prevalece tal qual no Império, na Primeira República e nos governos que se seguiram. É sintomática também a permanência ao longo dos séculos do otimismo pedagógico inaugurado há mais de um século, desdobrando-se hoje para a figura do professor herói, altruísta e abnegado. Há porém de se pensar sobre uma mudança central nessa questão: em tempos de liberalismo oligárquico, o entusiasmo pela educação recaía sobre o sistema educacional como um todo, em especial aos Estados, dos quais era reivindicada a responsabilidade por estabelecer bases para a expansão do ensino público brasileiro; hoje, em tempos de minimização do Estado, impera o discurso da autoresponsabilização, recaindo todo o encargo do sucesso ou fracasso do sistema escolar nacional numa única figura: a do educador, que, nos moldes de uma racionalidade gestionária (importada da Europa e dos Estados Unidos, tal qual o escolanovismo) tem seu trabalho aferido pelos sistemas de avaliação em larga escala, utilizados atualmente como o único

⁵ Não pretendemos neste texto aprofundar as análises acerca das disputas protagonizadas pelos dois grupos divergentes. Para tanto, indicamos o trabalho do professor Carlos Roberto Jamil Cury (1988).

SESSÃO SOLENE DO DIA DO PROFESSOR: uma análise discursiva crítica

termômetro que mede a qualidade da educação no Brasil. O vilão e o mocinho são interpretados, assim, pela mesma personagem, cabendo a ela o papel de herói ou antagonista, a depender de sua docilidade e renúncia. Dito isso, partamos para a análise dos discursos que marcaram a sessão solene do dia 19 de outubro de 2023.

Análise do Discurso Crítica da sessão solene

Para se estabelecer categorias de análise que nos levarão a um debate mais profícuo sobre discurso, primeiro precisamos considerar uma sessão solene enquanto gênero discursivo. Segundo Bakhtin (2000), gênero discursivo é definido como categorias relativamente estáveis de expressões linguísticas que são criadas pelas diversas áreas de uso da linguagem. O autor identifica três categorias essenciais que moldam um gênero discursivo: o tema, o estilo e a estrutura composicional. Nas circunstâncias em que os discursos e gêneros são produzidos, estão incorporadas as intenções de comunicação e as necessidades sociais e interativas dos participantes nas diferentes esferas de atividade, onde o papel e a posição de cada participante são socialmente determinados. Em cada contexto de uso da linguagem, existe uma expectativa comum em relação ao destinatário para o qual o orador se dirige; esse destinatário sempre assume uma postura ativamente responsiva em relação à totalidade do gênero. O enquadramento ao conceito de discurso facilita intercâmbios sociais e culturais - a economia da linguagem -, resultantes de processos cognitivos e conhecimentos acumulados historicamente que atendem a essa postura ativa e responsiva. Bakhtin (2000) destaca que quando alguém fala ou escreve, ou lê e ouve, essa pessoa ativa seu conhecimento prévio dos diferentes tipos de gêneros aos quais foi exposta em suas interações com a linguagem.

Em uma primeira análise, poderíamos considerar que o ouvinte de uma sessão solene seria o público presente no momento da cerimônia. Todavia, como já tratado, a transmissão desses eventos para a TV e internet fez expandir esse ambiente direcional, o que tornou tudo mais complexo, uma vez que os discursos, agora, são imbuídos de uma performatividade multimodal feita para alcançar mais pessoas. Isso nos leva a considerar a intencionalidade discursiva desse gênero nessa nova configuração, que deixa de ser uma mera homenagem e passa a ser, também, uma forma de delimitar o controle das narrativas presentes na sociedade e impor uma vertente ideológica como verdade única.

Sobre o método para esta análise, é importante levar em consideração as especificidades e cuidados necessários quando estamos diante de uma transcrição de um discurso. De acordo com Fairclough (2016, p. 292), “a transcrição necessariamente impõe

uma interpretação da fala”, o que destaca a importância da transcrição como um processo intrinsecamente interpretativo na análise da fala. Com essa afirmação, ressalta-se que cada representação escrita da fala é influenciada pela subjetividade do transcritor, suas escolhas metodológicas e conceituais, bem como pelo contexto no qual a transcrição é realizada. Essa compreensão destaca a complexidade inerente à análise de discursos orais, destacando a necessidade de reflexão crítica sobre as práticas de transcrição e interpretação para uma análise rigorosa e precisa.

Para isso, a codificação e seleção de amostras no corpus tornam-se imperativas, uma vez que a análise total de um discurso de sessão solene pode conter vários momentos de repetição ou de elogios entre os participantes que não cabem em uma análise temática sobre o assunto observado, o que pode apontar para vários caminhos que desviam da análise que importa. Para isso, segundo o autor, “os pesquisadores podem bem desejar codificar um corpus inteiro ou grande parte dele, em termos amplos, talvez resumindo o discurso ou codificando-o em tópicos” (Fairclough, 2016, p. 296). E define discurso:

Ao usar o termo “discurso”, proponho considerar o uso da linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais. [...] um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação (Fairclough, 2016, p. 94).

Assim, a análise discursiva crítica aqui proposta condensou a Sessão Solene da Câmara dos Deputados em homenagem ao Dia do Professor de 2023 em três subtemas principais, que, embora imbricados, podem ser separados para uma assertividade de estudo: a) o caráter devocional da profissão docente; b) a educação como uma abstração, desvinculada da realidade material; e c) a suposta interferência ideológica dos professores. Essa divisão também levou em consideração a recorrência desses temas durante a cerimônia.

Logo no início da sessão, antes mesmo da leitura da ata de abertura, um vídeo é escolhido para ser transmitido. Nele, em uma espécie de videoclipe, é feita uma versão da música Aquarela, de Toquinho, lançada no ano de 1983. Aqui, executada pela banda da Polícia Militar do DF, a temática da criação, também presente na letra original, é trazida ao contexto docente, como se vê na letra transcrita a seguir:

Numa folha qualquer eu desenho um mundo mais belo / e se sou professor
esse mundo pro aluno eu revelo. / Com o lápis na mão eu escrevo uma linda
história / e acredito no ser que vai buscar da sua vitória. / Se um pingüinho

SESSÃO SOLENE DO DIA DO PROFESSOR: uma análise discursiva crítica

de sonho cai no coração de um menino / num instante imagino uma linda poesia soar aqui / E cantando doces palavras que nascerão no coração / transbordando o sentimento que se ouve nessa canção / como uma aquarela, cores lindas, belas. / É tão bonito sorrir e sonhar / entre as folhas de um caderno / uma história para contar / tudo em volta vem surgindo / quantas vidas já vi passar / basta imaginar ele partindo confiante e lindo / se ele quiser (Câmara dos Deputados, 19-10-2023).

O fim da música, entre os aplausos dos presentes, é preenchido com a fala da deputada Bia Kicis (PL), “muito lindo o vídeo, né? Emocionante”. Aqui, o caráter devocional da figura docente é o principal mote. A despeito de qualquer realidade material, essa canção busca transmitir a nobreza e o compromisso do papel do professor na vida de seus alunos. A metáfora da “folha em branco” como um mundo a ser desenhado e revelado pelo professor reflete a responsabilidade de moldar e inspirar mentes jovens. O professor é retratado como um contador de histórias, um catalisador de sonhos e aspirações, que acredita no potencial de cada aluno em alcançar suas próprias vitórias. A referência ao “pinguinho de sonho” ilustra a capacidade transformadora da educação, capaz de gerar “poesia” e beleza mesmo nos corações mais jovens. A imagem da “aquarela” evoca a diversidade e a riqueza das experiências de aprendizado, enquanto o ato de sorrir e sonhar entre as páginas de um caderno simboliza a jornada enriquecedora e emocionante do ensino e da aprendizagem. Em suma, a canção celebra a profunda influência e o poder inspirador do professor na formação das gerações futuras.

Tal visão também está presente no discurso do presidente da Câmara dos Deputados, Artur Lira (Progressistas), lido pela deputada:

A tarefa de educar é um processo extremamente complexo e o professor é o seu principal ator. Para cumprir a contento essa difícil missão, o educador tem que brilhar aos olhos dos seus alunos, encantamento que fica muito prejudicado quando o docente está desmotivado e com baixa autoestima [...] (Câmara dos Deputados, 19-10-2023).

Apesar do adendo seguinte, sobre as condições insalubres da profissão, o que interessa aqui é observar que o papel comum da profissão docente é sempre vinculado a uma entrega apaixonada e apaixonante. O uso de expressões abstratas como “mundo mais belo”, “brilhar aos olhos”, “encantamento” endossam uma atmosfera fantasiosa, em que o professor é um agente quase alegórico, exercendo um deslumbramento no aluno (o paciente dessa operação discursiva). Essa escolha lexical tem eco na observação de Fairclough (2016):

[...] como produtores estamos diante de escolhas sobre como usar uma palavra e como expressar um significado por meio de palavras, e como intérpretes sempre nos confrontamos com decisões sobre como interpretar as escolhas que os produtores fizeram (que valores atribuir a elas) (FAIRCLOUGH, 2016, p. 239).

As escolhas lexicais e expressões analisadas trazem à tona a grande problemática a respeito desse tratamento devocional, que é a responsabilização da figura docente pelo sucesso ou fracasso da educação. Na mesma sessão, Bia Kicis, em seu discurso, profere os seguintes dizeres:

Professores, continuem a dar o melhor de si! Nós precisamos que vocês sigam nos orientando na responsabilidade e verdade. Esta será a real mudança no mundo. Jamais se esqueçam de ver com um olhar extraordinário a ordinariedade do dia a dia nas salas de aula. Cada um de vocês pode transformar tudo com a dedicação do coração e a vontade do bem. E aos alunos que estão aqui hoje nos ouvindo, que possam ter a mesma vocação. Dediquem-se, para que sejam aqueles que, como Dom Pedro II disse, vão dirigir as inteligências jovens e preparar os homens e mulheres do futuro (Câmara dos Deputados, 19-10-2023).

Observemos a recorrência de expressões individualizantes e apelativas (“o melhor de si”, “vocês”, “cada um de vocês” etc.), que acentuam ainda mais essa individualização da profissão docente. Essa visão de entrega da profissão docente também está presente em outro momento da sessão, um relato do professor convidado Osvaldo Yamanishi, professor e pesquisador da Universidade de Brasília, que diz:

[...] já chegando aqui... próximo aí da... da aposentadoria. Até muitos [...] dos meus amigos já estão falando em aposentar, mas eu nunca pensei em aposentar, né? Porque eu acredito que ainda a gente tem uma missão, que é, na verdade, tentar transmitir, compartilhar o máximo possível do conhecimento que a gente teve oportunidade, né? Ao longo dessa experiência que estamos tendo aqui na, na terra (Câmara dos Deputados, 19-10-2023).

A mesma temática, do professor que nega a aposentadoria, é trazida no relato de Vânia Lúcia Furtado Menezes Pelegrinello, professora diretora do Jardim de Infância 4 do Gama-DF, outra convidada para discursar:

[...] amo o que faço, amo minha profissão, amo nossas crianças e me preocupo com cada uma delas. Já poderia até estar aposentada, mas abri mão do meu direito, porque sei que a minha missão ainda não terminou (Câmara dos Deputados, 19-10-2023).

SESSÃO SOLENE DO DIA DO PROFESSOR: uma análise discursiva crítica

Aqui, além do uso de denominações em comum nos dois discursos, como “missão”, que ressalta, mais uma vez, o papel devocional do professor, há também o “apelo ao desempenho”, discurso presente em um viés neoliberal. Ao deixar claro o interesse em não se aposentar, tem-se uma lógica de financeirização da vida, de que o professor “fez valer” sua formação e o salário que recebe, mostrando à mão invisível do Estado o quanto ele é útil e trabalha em uma dinâmica econômica de menor custo, maior valor (apesar das objeções apontadas pelos “amigos” citados na fala). Laval (2019), observando esse fenômeno, aponta que

A padronização de objetivos e controles, a descentralização, a mutação da gestão educacional e a formação de professores são reformas focadas na produtividade (*productivity-centred*). No entanto, a escola neoliberal também pretende melhorar a qualidade da força de trabalho em seu conjunto sem aumentar impostos e, na medida do possível, reduzindo o gasto público. Daí as campanhas e as políticas, implantadas na mesma época tanto nacional como mundialmente e em todos os níveis da atividade educacional, para diversificar o financiamento do sistema educacional (clamando muito mais abertamente pelo gasto privado) administrar mais eficazmente a escola (como fazem as empresas), reduzir a cultura ensinada na escola as competências indispensáveis para a empregabilidade dos assalariados, promover a lógica de mercado na escola e competição entre famílias e estudantes pelo bem escasso e consequentemente a educação (Laval, 2019, p. 37).

Observemos que toda essa configuração discursiva não nomeia o tipo de educação a que se refere. Esse é o poder da ideologia enquanto negação da realidade: cria-se um simulacro do que realmente significa o conceito de “educação”, sem precisar de nenhuma adjetivação deste substantivo, o que se pode constatar ainda no relato de Yamanishi:

A educação vai mudar a vida de vocês. Não adianta ficar aguardando que os outros, que seus pais tragam [...] a coisa de mão beijada. Vocês têm que correr atrás e buscar o que vocês querem fazer, seja o que for. Mas sejam bom no que vocês forem fazer. Aí o futuro de vocês tá garantido, né? Não depender de ninguém. Dependa simplesmente de vocês. É o conhecimento que vai trazer a liberdade (Câmara dos Deputados, 19-10-2023).

O uso de abstrações, como “educação” e “liberdade” marcam um aspecto bastante usual na direita brasileira: a luta discursiva por conceitos amplos, generalistas. Daí, vale ressaltar alguns aspectos fundamentais para compreendermos as funções das quais a linguagem faz uso, de forma que consolida um imaginário real e ideal, gestado e reverberado

nas identidades sociais, relações sociais e sistemas e conhecimento e crença. Fairclough (2016) explora essas categorias:

A função identitária relaciona-se aos modos pelos quais as identidades são estabelecidas no discurso, são representadas e negociadas, a função ideacional aos modos pelos quais os textos significam o mundo e seus processos, entidades e relações (Fairclough, 2016, p. 96).

No contexto da função identitária, o discurso desempenha um papel ativo na formação das relações sociais. Por meio da organização e conexão de informações no texto, as pessoas têm a capacidade de fazer escolhas que influenciam tanto o significado quanto a construção, manutenção ou subversão de identidades sociais, relações sociais, conhecimento e crenças. A ênfase na construção discursiva da identidade ressalta a importância da função identitária da linguagem, pois os métodos de construção e categorização da identidade em uma sociedade determinada têm um impacto significativo em seu funcionamento, especialmente em relação ao poder, reprodução e mudança social. Ao examinar o discurso dentro do contexto da prática social, também se consideram os aspectos das atividades coletivas que emergem de sistemas específicos.

Até o momento, esses dois tópicos analisados, o da devoção e o da abstração, a intencionalidade discursiva ocorre subrepticiamente, sem um levantamento mais concreto das funções, tarefas e desafios da profissão docente. São, portanto, tentativas vazias de se firmar valores gerais, sem reflexão e crítica sobre o real significado deles. Contudo, o mesmo não ocorre quando se fala sobre a suposta interferência ideológica dos professores em sala de aula.

Aqui, convém tecer algumas considerações sobre o projeto de lei que é citado duas vezes, em duas falas distintas: o projeto Escola sem Partido. Ele emergiu como uma resposta a debates acalorados sobre a influência política nas salas de aula, especialmente no contexto brasileiro. Propostas semelhantes surgiram em outros países, mas ganharam destaque significativo no Brasil, devido à polarização política e ideológica crescente. O projeto visa regulamentar o conteúdo abordado nas escolas, com o objetivo declarado de evitar supostos vieses ideológicos por parte dos professores. Sua origem remonta aos anos 2000, com diversas versões e tentativas de implementação em diferentes estados e municípios brasileiros.

O contexto político brasileiro, marcado por confrontos ideológicos intensos, contribuiu para a ascensão do movimento Escola sem Partido. Defensores do projeto argumentam que ele protege os alunos de doutrinação política por parte dos professores,

SESSÃO SOLENE DO DIA DO PROFESSOR: uma análise discursiva crítica

enquanto críticos veem nele uma tentativa de censura e limitação da liberdade de expressão dentro das escolas. O debate sobre o projeto reflete não apenas divergências sobre o papel da educação na formação cidadã, mas também questões mais amplas sobre democracia, pluralismo e liberdade acadêmica.

A direita brasileira encabeçou e tenta levar esse projeto adiante desde 2014⁶. Isso nos dá uma contextualização importante sobre as falas que virão a seguir. Outra figura que fez espalhar o projeto foi Olavo de Carvalho, ideólogo digital desse espectro político, que é exaltado em uma das falas de Bia Kicis:

É uma grande honra ser requerente desta sessão solene, pois tenho muito apreço por nossos professores. Gosto sempre de lembrar que uma das mudanças mais importantes em mim foi fruto da dedicação de um professor: o professor Olavo de Carvalho (Câmara dos Deputados, 19-10-2023).

Aqui, a nomeação própria, no primeiro discurso da sessão, demarca o território ideológico pela qual toda a cerimônia vai se pautar. Usar um personagem que é usualmente exaltado por parte significativa da direita e rechaçado pela esquerda, é uma maneira de indicar quais caminhos a sessão escolhe em seu desenrolar. O ponto é que as teses e argumentos de Olavo de Carvalho influenciaram fortemente o movimento Escola sem Partido, que busca limitar a influência política dos professores nas salas de aula. Sobre esse aspecto, há vários momentos em que essa pauta é levantada, como se vê nos relatos a seguir. Primeiro, um trecho do discurso da convidada Lenise Garcia, professora do Instituto de Biologia da Universidade de Brasília:

[...] é um equilíbrio delicado, porque cabe ao governo tomar muitas iniciativas na educação, mas, ao mesmo tempo, respeitar as iniciativas da sociedade, respeitando exatamente a liberdade de ensino, né? A liberdade de atuar nesse campo da educação. A mesma coisa o professor. Nós temos, sem dúvida nenhuma, uma missão educativa. Nós temos que pensar nos valores que são desenvolvidos pelos *nossos alunos*. Nós temos que pensar em cada um deles não apenas como alguém que vai aprender uma matéria específica, mas como cidadão, como pessoa total, né? Olhar e ter esse olhar para a integralidade dos nossos alunos e, ao mesmo tempo, *não invadir aquilo que é o âmbito exatamente da sua liberdade de pensamento*, né? A deputada Bia Kicis muito bem falou, aqui, de toda a problemática que nós temos quando essa liberdade é invadida. *Quando quem é responsável pela educação quer passar uma ideologia, quer passar o modo de ver o mundo que não*

⁶ O Escola Sem Partido foi criado por Miguel Nagib, Procurador do Estado de São Paulo em 2004 e permaneceu desconhecido até 2014, quando Nagib teve uma reunião com a família de Jair Bolsonaro.

necessariamente é o modo de ver o mundo do seu aluno, da família do seu aluno. Então, como eu falava, esse equilíbrio é algo fundamental (Câmara dos Deputados, 19-10-2023, grifo nosso).

Tal viés temático também é explorado pela requerente da sessão, deputada Bia Kicis (PL):

*Então cumprimento a cada um de vocês, professores, qualquer que seja a disciplina que lhe seja afeta: português, matemática, história, geografia, educação física, ciências, qualquer que seja a matéria: *Vamos respeitar o ambiente escolar como um ambiente em que a pureza das nossas crianças e dos nossos jovens seja preservada* (Câmara dos Deputados, 19-10-2023, grifo nosso).*

Nesses trechos, há um elemento importante: uma dissociação clara, no nível textual, entre escola, família e aluno e a busca por um “equilíbrio” entre essas partes. Essa construção ressalta a individualização dos grupos envolvidos na educação, como se esses atores não estivessem correlacionados no processo ensino-aprendizagem. Não há qualquer menção, durante toda a sessão solene, ainda que composta de alguns professores, ao que Adorno (2003) chama de educação para a emancipação. Viana (2011) nos relembra e clarifica esse conceito:

A emancipação é a formação para a autonomia, mas ela só pode ser bem-sucedida se for um processo coletivo, já que na nossa sociedade a mudança individual não provoca necessariamente a mudança social, mas esta é condição daquela. A educação deve contribuir, portanto, para o processo de formação e emancipação, contribuindo para criar condições em que os indivíduos, socialmente, conquistem a autonomia (Viana, 2011, p. 5).

Aqui, percebe-se o papel da coletividade para se alcançar o real sentido da educação enquanto propulsora de uma autonomia. Ao se negar essa interação entre os atores sociais constitutivos do processo de aprendizagem, nem sequer como um adendo adversativo na construção dos discursos, ignora-se a efetividade da discussão ali estabelecida, e retorna-se à ideia de espetacularização, tratado no início deste trabalho.

Em uma última análise, é importante considerar as denominações dadas aos alunos quando se trata dessa dissociação entre professor e os outros atores sociais constituintes do processo de aprendizagem. Aqui, temos o uso de expressões como “nossos alunos”, “nossas

SESSÃO SOLENE DO DIA DO PROFESSOR: uma análise discursiva crítica

crianças”, “nossos jovens”. Contudo, isso levanta uma contradição discursiva, pois, ao mesmo tempo em que se faz uso da 1ª pessoa do discurso (“nós”), também separa esses grupos (família, professor, aluno). O que nos leva a pensar que o “nós” aqui é outro elemento de demarcação ideológica. É como se o referente fosse “todos que pensam igual a nós”.

Outro aspecto importante é o uso do termo “pureza” para se referir aos estudantes. Esse discurso é potencializado por outras falas, como a de Lúcia Furtado Menezes Pelegrinello, “é gratificante ver cada sorriso, cada avanço, cada desenho, cada ‘tia’ chamado pela voz doce desses *serzinhos* tão genuínos, com corações tão puros e sinceros” (Câmara dos Deputados, 19-10-2023, grifo nosso), e também do professor Yamanishi, “os *nossos alunos queridos* que tem que ser *protegidos* por todos nós” (Câmara dos Deputados, grifo nosso).

O uso de termos como “pureza”, “serzinhos”, para descrever os estudantes, reflete uma idealização romântica da infância que pode ser problemática. Essa concepção de pureza sugere uma visão simplista e irrealista das crianças, desconsiderando suas complexidades individuais e as diversas influências que moldam suas personalidades. Além disso, ao categorizar os alunos como seres intrinsecamente puros e inocentes, corre-se o risco de desumanizá-los, negando-lhes a capacidade de pensar criticamente e de cometer erros, o que é essencial para o processo de aprendizado e desenvolvimento.

Ao mesmo tempo, a ideia de que os alunos precisam ser protegidos dos professores sugere uma desconfiança injustificada na competência e integridade dos educadores. Essa narrativa alimenta uma mentalidade de controle e vigilância sobre o trabalho dos professores, minando sua autoridade e autonomia pedagógica. Além disso, ao retratar os professores como potenciais ameaças à pureza dos alunos, os trechos promovem uma atmosfera de tensão e hostilidade no ambiente escolar, prejudicando a relação de confiança e respeito mútuo que deve existir entre educadores e estudantes. Ao invés de promover uma parceria colaborativa na busca pelo conhecimento, essa abordagem reforça uma dinâmica de poder desigual e prejudica o processo educacional como um todo.

Considerações Finais

Sobre a relação entre administração, poder e ideologia, disse Maurício Tragtenberg:

O poder administrativo, seja na esfera pública ou privada sob o capitalismo, ou em formações econômico-sociais pré-capitalistas, tem como principal função a reprodução do conjunto de relações sociais determinadas pelo sistema econômico dominante (2012, p. 43).

A grande burocratização dos sistemas educacionais, a racionalidade gerencial, o esvaziamento do currículo escolar, assim como as recentes reformas no ensino básico refletem as demandas de uma economia neoliberal, de minimização de estado e maximização das responsabilidades individuais.

A referência à profissão docente como um ato de amor e abnegação é também um dos frutos do pensamento neoliberal; o arquétipo do professor dedicado e herói, que muitas vezes tira dinheiro do próprio bolso para que seus alunos tenham acesso a um material de qualidade, nada mais representa do que a transferência da responsabilidade da instrução pública, que até o final do século XX era vista como sendo responsabilidade dos Estados, aos próprios indivíduos. O argumento de Tragtenberg corrobora também com o espaço de disputa que ocupa a educação dentro da administração pública. Em governos ditatoriais ou democráticos, sendo parte da infraestrutura, a educação encontra-se entre os aparelhos de reprodução da ideologia burguesa. Na dita capacidade de inculcação ideológica da educação, surge o segundo viés dos educadores, o papel de vilão, relegado aos que ousam expressar publicamente uma opinião contrária ao sistema econômico vigente. Entretanto, é curioso que, seguindo essa esteira de pensamento, quaisquer sejam as personagens encarnadas pelos docentes, seja a de mocinhos, seja a de vilões, o aluno sempre irá ocupar uma posição passiva, tanto no fato de absorver todo e qualquer conhecimento a ser transferido de seu mestre para si, quanto referindo-se à suposta capacidade que os professores teriam de doutrinar seus inocentes discentes. O discurso promovido pela direita, nesse aspecto, entra em contradição, enaltecendo de forma indireta o grande poder de influência que seu eleito inimigo, o professor doutrinador, tem sobre seus pupilos, muito além do que de fato é possível alcançar no chão da sala de aula. Oxalá fossem os educadores capazes de moldarem sozinhos as jovens mentes brasileiras; seriam assim irrisórios os índices de criminalidade, a desigualdade social, o ódio aos necessitados e muitas das outras características nacionais que são resultado de uma mentalidade meritocrática e produtivista. Ao contrário, os docentes lidam diuturnamente com salários abaixo do piso, violência escolar, com a luta de garantia de direitos básicos, com cobranças excessivas dos estados e municípios por bons resultados nas avaliações em larga escala, como o SAEB. A burocratização excessiva e a insalubridade do ambiente escolar minam qualquer possibilidade de que os professores e professoras tenham tempo ou energia para inculcar suas ideologias em seus alunos, mais uma estratégia da racionalidade neoliberal. Convergemos assim, com o pensamento de Adorno (2003): o caráter emancipador da

SESSÃO SOLENE DO DIA DO PROFESSOR: uma análise discursiva crítica

educação vem de uma formação pautada para que os indivíduos alcancem a autonomia, o contrário do que percebemos ser a estratégia da pseudoelite brasileira.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor. **Educação e emancipação**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- ADORNO, T; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- AZEVEDO, F. **A cultura brasileira**. 7. ed. São Paulo: Edusp, 2010.
- BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: Bakhtin, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BRASIL. **Decreto nº 52.682 14 de outubro de 1963**. Declara feriado escolar o Dia do Professor. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-52682-14-outubro-1963-458043-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em 17/01/2024.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Homenagem ao Dia do Professor - Sessão Solene** - 19/10/2023. Youtube, 19 de outubro de 2023. 54min26s. Disponível em: <https://www.youtube.com/live/SV1geO8Uphg?si=C1Xli_u3IKioqdf6>. Acesso em: 25 de janeiro de 2023.
- DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. 2ª ed. Brasília: Editora da UnB, 2016.
- LAVAL, C. **A escola não é uma empresa** - o neoliberalismo em ataque ao ensino público. São Paulo: Boitempo, 2019.
- NAGLE, J. **Educação e Sociedade na primeira república**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2009.
- PERES, T. A educação Brasileira no Império. In: PALMA FILHO, J. C. **Pedagogia Cidadã** – Cadernos de Formação – História da Educação – 3. ed. São Paulo: PROGRAD/UNESP/Santa Clara Editora, 2005, p. 29-47.
- ROMANELLI, O. **História da educação no Brasil**. 19. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.
- TRAGTENBERG, M. **Educação e Burocracia**. 1. Ed. São Paulo: Edusp, 2012.
- VIANA, N. Adorno: Educação e Emancipação. **Resafe - Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação**. Brasília/UnB, num. 04, mai./out. 2005. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/resafe/article/view/4062/3725> (acesso em: 07/08/2023).